

OS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINA BRASIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES.

Eliete Brito da Silva/UFES/Brasil/elietebster@gmail.com
Liudimila Katrini Proximozer/UFES/Brasil/liuketryn@yahoo.com.br
Eduardo Moscon/UFES/Brasil/eduardomoscon@hotmail.com

Introdução

Pesquisa em andamento que tem como objetivo investigar o processo de inserção e condicionalidade do Ensina Brasil no Sistema Municipal de Ensino de Vitória. Tendo como metodologia a pesquisa qualitativa, concordando com Bauer e Gaskell (2002, p. 22-23), “a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais”, trabalharemos com análise crítica dos dados coletados e através de entrevistas semiestruturadas. Dessa forma, contará com análise documental, a fim de analisarmos em qual contexto se dá a inserção do Ensina Brasil na rede municipal de ensino de Vitória, bem como os seus efeitos nas condições de trabalho docente.

Desenvolvimento

Ensina Brasil, atua no estado do Espírito Santo, em parceria¹ com o movimento empresarial Espírito Santo em Ação², surgiu em 2011, numa experiência (fracassada) com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e, em 2017, surge novamente com maior expressividade. Sua proposta é formar novas lideranças para a educação, baseando-se na vivência da sala de aula e no aprendizado gerado por ela. Desta forma, a entidade recruta jovens de formação variada, sem experiência na educação, e aplica um programa de formação inicial presencial, com duração de um mês, o “intensivão”, e outros tempos de formação continuada em formato EAD. Apesar de ser uma ONG nacional, sua origem vem da Organização internacional Teach For All (TFALL), braço internacional da Teach For America (TFA), fundada pela jovem estadunidense Wendy Koop.

¹ Segundo Adrião 2022, o termo parcerias é uma expressão que não transcreve na íntegra seu significado, pois não é uma relação colaborativa entre setores que atuam horizontalmente, trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira se subordina a setores privados por meio da transferência de responsabilidades do Estado ou da flexibilização de regulamentações para atuação daqueles setores.

² O movimento empresarial Espírito Santo em Ação surgiu em 2003 sob iniciativa de 16 empresários e executivos capixabas tendo como objetivo principal, de acordo com o conteúdo de seu site, “organizar e se articular para propor um novo modelo de desenvolvimento para o estado” interferindo na gestão pública.

Wendy Kopp, jovem de classe média alta, estadunidense, prestes a terminar a graduação na Universidade de Princeton, e inquieta com as desigualdades da educação do país, usa seu trabalho de conclusão de curso para elaborar um plano de reforma do sistema público americano. Sua visão das desigualdades educacionais e percepção do problema tem centralidade na sala de aula e no professor (CARNEIRO, W.; MOURA, E.S.; NAJJAR, J., 2019).

É importante salientar que a inserção desses projetos na Educação pública faz parte de uma rede internacional de “parceria” público-privada com o objetivo não apenas de formar força de trabalho para o mercado, mas trata-se também da disputa de um projeto neoliberal de sociedade para atender os interesses comuns entre várias formas de capital e de Estado (BALL, 2020). Assim, concordamos com Adrião (2022, p. 48):

Agenda Global para a reforma educativa, sugerida por Dale (1994), ao indicar a vigência de orientações globais para a educação, exige que seja considerada em função das condições objetivas encontradas em cada contexto, ao mesmo tempo em que se consideram as condições históricas nas quais esses contextos emergem.

Conforme Adrião (2022) o movimento do empresariado vem cada vez mais atuando na Educação pública por meio destes projetos em que disputam nas dimensões da oferta, gestão e do currículo. A “parceria” estabelecida está no âmbito do currículo, pois envolve a formação docente, uma vez que estes atuarão diretamente com os estudantes.

O Ensina Brasil chega ao Espírito Santo em 2017, através do Acordo de Cooperação nº 001/2017, firmado com o governo do estado. Posteriormente o projeto também inicia sua atuação nas redes municipais, em 2019 no município de Cariacica, e, em 2021, no município de Vitória. Neste último, os “ensinas”, passaram a compor o quadro do magistério do município e atuar na regência. Vale ressaltar aqui o contexto político do município de Vitória: início da gestão do então prefeito eleito Lorenzo Pazolini (Republicanos); reestruturação das secretarias (inclusive a Secretaria de Educação), demonstrando uma gestão alinhada às políticas neoliberais no contexto da educação.

Em 28 de janeiro de 2021 foi publicado no diário oficial do município de Vitória o Decreto nº 18.698, que instituiu o Programa “Aprende+”. O programa foi estabelecido sob a justificativa de superação das desigualdades educacionais e contribuir para a recuperação da aprendizagem dos estudantes. Será realizado em ciclos, sendo cada um

com duração mínima de dois anos. Com vistas no recrutamento, seleção e formação de profissionais de diversas carreiras, portadores de diplomas de educação superior. O foco na formação docente tem base na prática em sala de aula, nos moldes de residências pedagógicas e desenvolvimento de habilidades de liderança na área da educação. Os profissionais selecionados receberão de acordo com a tabela salarial do quadro do magistério.

O artigo 2º do decreto nº 18.698, discrimina a possibilidade de firmar parcerias com Ongs e demais organismos de promoção educacional, sem fins lucrativos.

Após a publicação do decreto criando o programa, foi publicada no diário oficial, em 03 de fevereiro, a Portaria Seme 007/2021, que o regulamenta. O artigo 7º permite celebrar parceria com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos desde que não haja transferência de recursos públicos, ratificando o que consta no decreto. No dia 05 de fevereiro é publicado em diário oficial a Portaria Conjunta Seme/Seges nº 01/2021, que aprova, valida e ratifica os critérios e a seleção dos participantes do programa. No mesmo diário é publicado o extrato do Acordo de Cooperação nº 01/2021, sob o Processo nº 570745/2021, que estabelece parceria com a Ong Ensina Brasil, com prazo de vigência de 05/02/2021 a 31/12/2024. A Secretaria Municipal de Educação após a contratação inicial dos “ensinas”, divulgou a realização de mais dois processos seletivos, através do site da ong Ensina Brasil, com publicação em diário oficial através das portarias nº 062/2021 e 041/2022, referente as datas de 03 de setembro de 2021 e 22 de julho de 2022.

A Portaria de nº 007 de 2021, em seu artigo 8º estabelece que “o número de vagas destinadas por ciclo, não será inferior a vinte e cinco e nem superior a cento e cinquenta participantes, sendo pelo menos dois participantes por escola”. A divulgação feita pela PMV, dos processos seletivos realizados pela Ong Ensina Brasil, percebe-se um interesse em continuidade do programa com ampliação do número de “ensinas”, pois o ciclo de dois anos da primeira contratação, ainda não ocorreu a sua terminalidade.

Conclusão

O estudo em andamento realizou buscas no site da Prefeitura Municipal de Vitória, com vistas a elencar os documentos publicizados em relação à ong Ensina Brasil. Percebe-se que o programa “Aprende+” foi criado com o intuito de permitir a “parceria” com a referida ong e segue em crescimento, visto que já foram divulgados oficialmente a abertura de dois processos seletivos pela Ensina Brasil.

Considerando a “parceria” estabelecida com o Ensina Brasil, fica evidente a perspectiva empresarial e privada na educação pública com ofomento do poder público. É dever do Estado, ofertar uma educação pública gratuita, laica e de qualidade, para tanto, é necessário acabar com as desigualdades educacionais e contribuir para a recuperação da aprendizagem dos estudantes. Entretanto, não visualizamos como a contratação de profissionais que possuem uma formação em docencia realizada em pouco tempo e sem um vínculo mais duradouro com a comunidade escolar contribuirá efetivamente para que isso ocorra.

Referências

- ADRIÃO, Theresa. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990**. Brasília: ANPAE, 2022.
- BALL, Stephen; Educação Global S.A.: **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa/ PA: UEPG, 2020;
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CARNEIRO, W.; MOURA, E.S.; NAJJAR, J. **Neoliberalização e reforma educacional: a chegada da organização Teach for America no Brasil**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 2, 2019.
- ENSINA BRASIL. 2011. Disponível em: <<https://www.ensinabrasil.org.br>> Acesso em 24 mar. 2022.
- GARCIA, T. Privatização da Educação Básica: a rede estadual do Espírito Santo (2005-2018). In: VENCO, S; BERTAGNA, R. H; GARCIA, T. (Orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)**. vol. 3. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 403p.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o liberalismo em ataque ao ensino público**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. 2003. Disponível em: <<https://www.es-ação.org.br>>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- VITÓRIA. Decreto nº 18.698, de 28 de janeiro de 2021. Diário Oficial do Município de Vitória, edição nº 1592 p. 4. Disponível em: <<https://www.diariooficial.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- VITÓRIA. Portaria Conjunta Seme/Seges nº 01/2021, de 02 de fevereiro de 2021. Diário Oficial do Município de Vitória, edição nº 1597 p. 4. Disponível em: <<https://www.diariooficial.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2022.